



Jornalismo, leitura cultural e documentação: um caminho para compreender o uso da expressão “crianças em situação de rua” na imprensa paranaense

Angela Maria Farah¹

Centro Universitário de União da Vitória - UNIUV

Resumo: Este artigo apresenta a relação entre documentação e jornalismo, por meio de uma pesquisa em jornais paranaenses entre os anos de 1972 e 2015, levando em consideração as mudanças sociais e legislativas ocorridas nesse período até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Por meio de reportagens com a temática “crianças em situação de rua”, buscou-se identificar e compreender as expressões semânticas utilizadas pela imprensa para nomear crianças que vivem nas ruas das cidades. Foram examinadas variações semânticas como “menores”, “menores de rua”, “meninos de rua”, entre outras, ao longo das últimas décadas. Os resultados mostram a prevalência do uso do termo “menor” nos títulos, por exemplo, apresentando um desejo de reforma, de tratamento para as crianças-problema, o que aponta para o sentido dado da construção social da palavra desde o Brasil Império.

Palavras-chave: jornalismo; reportagem; leitura cultural; documentação; criança em situação de rua.

1. Apresentação

Este artigo apresenta parte da pesquisa intitulada *A criança em situação de rua na imprensa paranaense: a construção social nos deslocamentos semânticos*, que propôs uma discussão sobre a narrativa jornalística e suas técnicas de produção, como elementos norteadores para a compreensão de temas atuais e relevantes para o exercício da cidadania, por meio da análise de reportagens que tratassem da temática “crianças em

¹ Professora do Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Pesquisa Epistemologia do Diálogo Social. E-mail: farah.angela@gmail.com

situação de rua” e as variações semânticas em torno de expressões, como “menores”, “menores de rua”, “meninos de rua”, entre outras, ao longo das últimas décadas, que podem denominar um grupo de crianças que vive nas ruas das cidades.

Neste artigo apresenta-se a relação entre leitura cultural, jornalismo e documentação. A pesquisa de campo inicial se caracterizou pela busca do material jornalístico produzido por jornais paranaenses, observando as mudanças sociais e legislativas ocorridas desse período em diante, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

Foram selecionadas sete pastas fornecidas pela técnica da Biblioteca Pública do Paraná, da Divisão de Periódicos da Biblioteca Pública do Paraná, com a palavra-chave menor carente, que foram a trilha para o início da investigação. A primeira camada de análise realizou-se de modo quantitativo, que, em seguida, ofereceu subsídios para a leitura cultural das unidades documentais selecionadas², seguidas pelo material selecionado da imprensa paranaense.

2. Jornalismo e leitura cultural

Mais do que falar, informar, passar uma informação para outras pessoas, comunicação é uma forma de ação. Desse modo, qualquer comunicação deve ser analisada em seu contexto de produção, porque, nesse espaço, sempre estão presentes os campos de interação, definidos por Pierre Bourdieu (1992; 1997).

Nesses campos, entre várias regras, recursos e relações, constroem-se instâncias de poder, definidas por Thompson (1998) como a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. Derivada desse campo de interações e dos poderes instituídos, outra concepção das forças lidertípicas, osmotípicas e arquetípicas, apontada por Jean Lohisse, um pesquisador belga, interpretado por Cremilda Medina (1988; 2001) e presente em suas obras, traz a compreensão da dinâmica social em que estamos inseridos.

Nas forças lidertípicas está presente o poder da ação que tenta se impor à individualidade e à diversidade. Bastante comum no mundo contemporâneo e na ideia de glo-

² Parte final da pesquisa original não apresentada neste artigo.



balização, seja econômica, cultural ou política. Da luta entre os poderes locais de cultura, por exemplo, surge a força osmotípica, que caracteriza-se pela troca de valores entre grupos ou povos. Do imaginário popular e dos mitos universais, nasce a força arquetípica, que contribui para o enfrentamento da realidade dura, transformando em sonho arquetípico, um modelo de ser. Talvez, possa-se dizer que há um predomínio da força lidertípica, no entanto as incertezas presentes nos diversos campos do saber indicam que há sempre uma procura pelo equilíbrio das forças, buscando a riqueza da força osmotípica.

Os estudos da antropologia, na década de 1960, revisaram e reformularam seus conceitos fundamentais, como cultura e sociedade, apontando que não são exclusivamente os valores ou as crenças que assinalam o desenvolvimento de uma cultura em determinada sociedade, mas aquilo que os molda. Acompanhando o entendimento de cultura do antropólogo argentino, Nestor García-Canclini (1983), em sua obra *As culturas populares no capitalismo*, pode-se definir cultura como os sistemas simbólicos formados pelo permanente processo dado pelas relações e inter-relações dos atores sociais (crianças, jovens, adultos, idosos), que são os responsáveis por vivenciar e repassar os sentidos de sua experiência em uma determinada sociedade.

Para o pensador catalão, Miquel Moragas Spà (1988), a língua é um dos critérios para a formação de uma cultura, de uma identidade cultural. É nessa característica que comunidades, tribos, grupos e organizações sociais se reconhecem ou se estranham, em primeiro lugar. Para Moragas, há ainda mais três critérios na pluralização da formação cultural de um povo: a geopolítica, a histórica e a social.

Compreendendo a importância da identidade cultural dos povos, percebe-se a importância da leitura cultural pelas narrativas da contemporaneidade, como preconiza a jornalista e pesquisadora Cremilda Medina (2003). Como proposição, Canclini (1983) aponta para ideia de agente³ cultural, o jornalista, também chamado por Medina, de leitor cultural, aquele que administra os sentidos do poder (pluralizando o poder), renovando-os ou revolucionando-os.

³ Esse é o termo usado por Canclini (1983) e também por Medina (1996; 2003). Na contemporaneidade, no Grupo de Pesquisa Epistemologia do Diálogo Social, liderado por Cremilda Medina, usa-se a expressão leitor cultural, pressupondo a humanização dos sentidos da produção simbólica.

Medina define o jornalista como um leitor cultural: desse modo, o repórter amplia seu relato, porque percebe o que está a sua volta, a volta do seu entrevistado, relaciona-se com o presente, para poder reportá-lo com competência ética, técnica e estética. Como define a pesquisadora: “[...]: abrimos [nós, jornalistas] nossa cosmovisão para a amplitude das leituras culturais, aos poucos a estreitamos em função de exigências específicas, voltamos a realimentar nossa estreiteza com as larguezas do outro, seguimos aplicando a situações próprias que novamente se esgotam.” (MEDINA, 1996, p.34).

Cremilda Medina compreende que o jornalista deve assumir-se como um leitor cultural, pois, ao atuar na mediação social, o profissional deve ter seu olhar enriquecido por uma competência ética, técnica e estética. Tais atributos são conquistados pelo jornalista por sua vivência, por meio da arte e da literatura, e por formação técnica e epistemológica.

A cosmovisão complexa, apta à múltipla leitura e interpretação se expressa no ato jornalístico por excelência, quando o mediador capta, se relaciona e reporta o real presente; se põe a serviço de um projeto de leitura permanente no ato analítico; e se concretiza no ato expressivo da mensagem mediadora, tendo por objetivo a linguagem da ampla comunicação. Tanto no ato jornalístico (reportagem), quanto no ato analítico (pesquisa, encaminhamento da pauta, formulação de linhas de trabalho) e no ato expressivo (redação e edição), a literatura é uma fonte de sensibilização e refinamento de mundivivência (MEDINA, 1996, p.31).

Ensina-nos o historiador Jacques Le Goff (1984) e seus companheiros da Nova História, que a história trabalha com testemunhos, além de documentos. O passado é uma construção e uma reinterpretação constante. O historiador não pode impor sua imaginação interpretativa a alguém que a vivenciou e/ou experienciou o fato/fenômeno. Por isso é preciso criar estratégias de interpretação, para poder lidar com as versões, testemunhos, memórias e narrativas. É nesse sentido que se faz necessário que o jornalista busque ampliar sua visão de mundo, que, por sua vez, vai cooperar com a formação de uma visão plural da sociedade. O conflito é característica presente na rotina do jornalismo, pois ele trabalha com as camadas sutis da realidade visível. Como afirma Medina (2003, p.92-93):

O conceito de atualidade esquematiza de tal forma o presente que o acontecimento humano se transforma num fato jornalístico isolado, pontual, sem nexos objetivos nem significados subjetivos. O tempo cultural, mágico, mítico – tão necessário para revelar os protagonistas da ação social nas suas caracterizações individuais -, mal aflora nos chamados perfis da imprensa.

Essa esquematização da atualidade, apontada por Medina, surge de um certo cientificismo no jornalismo, provocado por um movimento social que valorava o uso da neutralidade alegada pela ciência no jornalismo.

Considerada uma narrativa ampla, rica em sentidos, com informações adicionais e detalhes, a reportagem tem como objetivo principal despertar o interesse humano. Ela abre o debate sobre o acontecimento ou assunto e desdobra-o em seus aspectos mais importantes. A técnica tradicional da notícia descreve o factual aparente. A reportagem como narrativa da contemporaneidade amplia o tratamento simbólico do acontecimento.

A inteligência natural, alimentada pela captação viva e mecânica de informações objetivas, porque visíveis e quantificáveis, produz significados, o que se denomina de produção simbólica. Ou seja, o autor de uma narrativa da contemporaneidade recodifica o real imediato. Ao trabalhar na decifração-cifração do real, o jornalista (ou o comunicador) se expressa no âmbito de sua cosmovisão (MEDINA, 2014b, p.115).

A reportagem impressa tem como característica uma abordagem do tema multiangular, pelo qual o jornalista estabelece relações entre as causas e as consequências de uma questão contemporânea. No entanto, nas redações, ao se formar a pauta, é possível perceber a ausência da noção de processo, demonstrando a dinâmica e a complexidade do fenômeno, como afirma Medina (1990, p.196): “A visão com que operamos ao pautar e desenvolver uma pauta tende quase sempre para o enquadramento esquemático do real, a atrofia de sua vitalidade enquanto processo.”

2.1 A documentação e o jornal como documento

Com a invenção da prensa tipográfica por Gutenberg na década de 1440, a produção de conhecimento aumentou. As melhorias na alfabetização, na educação e o acesso à palavra impressa possibilitaram o aumento do público-leitor.

As bibliografias, feitas no século XVI, foram o embrião da documentação, aponta a pesquisadora da Universidade de León, na Espanha, Blanca Rodríguez-Bravo (2002). Essas “listagens” surgiram com o objetivo de organizar a produção literária sobre os mais diversos temas, facilitando o seu acesso.

A produção de conhecimento foi sendo ampliada e as unidades de informação, como bibliotecas, arquivos e centros de documentação, iniciaram mudanças e reorganizações. No fim do século XIX, as bibliografias já não davam conta das necessidades da sociedade, assim outras técnicas para organização e administração da informação foram desenvolvidas. Desse modo, surgem novas classificações, novas metodologias de organização, assim como disciplinas e áreas de estudos, como a Biblioteconomia, Arquivologia e Ciências da Informação⁴, para trabalhar com arquivamento da informação produzida pela sociedade.

É possível compreender que as Ciências da Informação são responsáveis pela investigação das propriedades e do comportamento da informação, interpretando as forças atuantes nos fluxos e nos processos informacionais, com a finalidade de organizar, armazenar, recuperar e disseminar a informação. Os arquivos organizam o conjunto de documentos produzidos pelas sociedades, que podem ser considerados uma evidência sobre o fenômeno que representa.

Rodríguez-Bravo apresenta a concepção clássica da noção de documento, que tem como principais representantes Paul Otlet e Suzanne Briet. Eles trabalharam a noção de documento a partir de novas possibilidades, o que tornou possível pensar nele como informação fixada em diferentes tipos de suporte e a partir do seu papel social.

Paul Otlet preocupava-se em seguir uma metodologia de análise do documento, com o intuito de ser objetivo e afastar a possibilidade de contaminação dos sinais da força social presente nos documentos. Suzanne Briet abordou o documento como um conhecimento com finalidade de consulta, estudo ou prova. Mais tarde, suas impressões apontaram para uma construção mais abstrata dos documentos, retirando deles a especificidade da prova do fenômeno social.

⁴ Não cabe a esta pesquisa um detalhamento histórico sobre o desenvolvimento dessas áreas. Considerou-se o uso de materiais bibliográficos de diversas áreas para esta investigação, compreendendo as Ciências da Informação como a área que agrega as principais noções sobre documentação.

Uma visão positivista da História, presente principalmente nos séculos XIX e XX, acompanhou a definição clássica e percebia o documento como prova, como instrumento de verificação da verdade sobre determinado fenômeno social. A intenção aqui era a mesma presente em outras áreas do conhecimento, como o jornalismo ou a ciência: afastar as subjetividades da avaliação desse documento. Como é visto como prova, não haveria História, por exemplo, sem documentos. Todo documento é um texto. Desse modo, tudo deve estar escrito, registrado, ao mesmo tempo em que deve ser avaliado com o rito objetivo, da razão.

No entanto, outro grupo de historiadores, representantes da História Cultural, compreenderam que essa classificação de documento como texto e prova de determinado fato não dava conta do universo de vestígios do acontecimento histórico para produzir o “fato histórico” (LE GOFF). Começaram, desse modo, a discutir o alargamento da noção de documento. Volumes, folhetos, revistas, artigos, jornais, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas e filmes cinematográficos representam a força social de um complexo processo de comunicação, acumulação e transmissão de conhecimentos. Mais do que a quantidade de documentos e sua sequência, essa nova compreensão de documentação privilegia a ideia de relação entre a documentação, admitindo certa descontinuidade, por exemplo. Como define o historiador Jacques Le Goff (2013, p.495): “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.”

Por outro lado, o professor Robert Darnton (2010) argumenta que as notícias não correspondem ao que aconteceu exatamente naquele dia, naquela hora. Para ele, não é possível entender a primeira página de um jornal como um espelho que reflete a realidade do dia anterior, pois ele é desenhado de acordo com uma gramática profissional específica que dita como dizer os fatos e como apresentá-los, ou seja, palavras e imagens são dispostas no papel com o objetivo de dar ordem ao caos social. Daí surge a necessidade de um cosmos jornalístico para levar informação às pessoas. “As notícias não são o que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu”, resume Darnton (2010, p.43).

É possível afirmar que os meios de comunicação representam as relações e as interações sociais diariamente em suas edições. Uma reportagem, por exemplo, pode trazer à sociedade a observação dos sentidos e dos significados da cultura do momento contemporâneo, gerados por meio dessas relações. (FARAH, 2012). Nessa linha de pensamento, Dines (1986, p.77) considera que “o jornal [...] condicionou o ser humano contemporâneo a um processo de saber”.

Apesar das limitações dos conteúdos de um jornal para servirem como documento, Darnton (2010, p.45) diz que os “[...] jornais devem ser lidos em busca de informações a respeito de como os acontecimentos eram interpretados pelas pessoas da época, em vez de representarem fontes confiáveis dos acontecimentos em si.” Para ele, é preciso lidar com os jornais como textos múltiplos e mutáveis, e não como documentos fixos e estabelecidos.

A discussão sobre o valor do jornal como documento remonta à própria estruturação do campo da História Cultural. A disputa entre as representações das visões de mundo positivista e complexa está sempre presente quando se apresenta uma pesquisa que tem como base material uma coleção de jornais. No caso específico desta investigação, interessa reconhecer o jornal como documento, selecionado e indexado a partir do uso de linguagens documentárias, ou seja, com vocabulários controlados, com a finalidade de resgatar o tratamento semântico dado às criações em situação de rua e não como um documento histórico que provará algo. Recontar a história guardada nesses arquivos é uma oportunidade de encontrar compreensões que não são facilmente realizadas no momento da recepção da produção simbólica. Como afirma Darnton (2010, p.78): “Escrever a história a partir de arquivos é reunir as poucas peças que conseguimos obter para formar a imagem mais significativa possível dentro de nossas capacidades.”

As confluências entre reportagem e arquivo documental, assim como a fixação da informação no tempo documental, remetem a uma compreensão sobre o papel desempenhado pelo jornalismo na sociedade brasileira, especialmente dos veículos impressos, sua relação com a memória e com a organização da informação e do conhecimento.

Desse modo, torna-se relevante a discussão sobre a fixação no tempo documental da produção jornalística, principalmente por meio da reportagem, buscando o significado dos arquivos produzidos por centros de documentação, como é o caso do *corpus* desta pesquisa: sete pastas de clipping de jornais paranaenses com a palavra-chave *Menor Carente*, com o arco temporal de 1972 a 2015, produzidas pelos técnicos da Biblioteca Pública do Paraná, na Divisão de Periódicos.

O historiador Jacques Le Goff (1988; 2013) mostra que a história trabalha com testemunhos. As reportagens já publicadas e depois reorganizadas por uma palavra-chave, um determinado objetivo, podem servir como testemunha de um tempo, mostrando que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (LE GOFF, 2013, p.485). Do mesmo modo, a seleção do material jornalístico para o *clipping* da biblioteca também pode ser considerada uma maneira de se testemunhar uma época.

2.2 As unidades documentais: os recortes de imprensa encontrados

Ao buscar os materiais de imprensa para a realização da leitura cultural desta pesquisa, foram encontradas sete pastas com a palavra-chave “Menor carente” [com variações apresentadas no Quadro 2], na Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, que está localizada na capital do Estado do Paraná, Curitiba.

Quadro 2 – Palavras-chave encontradas nas sete pastas de *clipping*

| | |
|---|---|
| <i>Menor abandonado</i> | <i>Menor carente – Infrator (Londrina)</i> |
| <i>Carente</i> | <i>Menor carente – meninos de rua</i> |
| <i>Delegacia de Proteção ao Menor</i> | <i>Menores carentes</i> |
| <i>Meninos de rua</i> | <i>Menores de rua</i> |
| <i>Menor – Estatuto</i> | <i>Menor carente – Rede Esperança</i> |
| <i>Menor – Programa</i> | <i>Violência</i> |
| <i>Menor abandonado (Estatuto do Menor)</i> | <i>Projeto Irmão Menor</i> |
| <i>Menor carente – Estatuto do Menor</i> | <i>Violência – Crianças desaparecidas</i> |
| <i>Menor carente – Infrator</i> | <i>Menor carente – Projeto Piá – Projeto de Integração da Infância e Adolescência</i> |

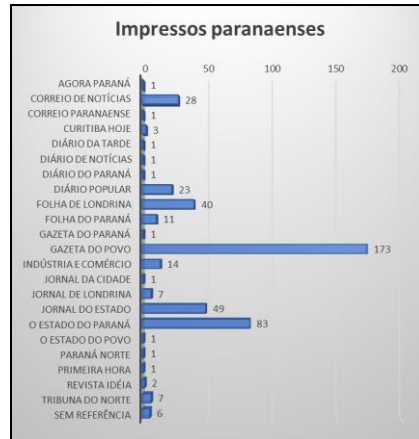
Fonte: da autora, 2018.

Para verificar o material das pastas, iniciou-se por uma espécie de “decupagem”. Cada material foi cadastrado em uma planilha com os seguintes dados: palavra-chave (dada pela Biblioteca); pasta (número da pasta definido pela pesquisadora apenas para controle pessoal); foto (registro do arquivo da imagem do material no computador); editoria; antetítulo; título; subtítulo; assinatura (registro de autoria individual); jornal (nome do veículo); data; paginação; classificação (reportagens, notícias, artigos de opinião, entrevistas, materiais oficiais de campanhas de conscientização, cadernos especiais, publicidade, entre outras). Tal classificação foi dada pela pesquisadora, com o intuito de separar as unidades documentais, para compreendê-las. Por exemplo, as unidades classificadas como reportagem são aquelas que tratam o tema com enfoque especial, apresentam maior número de fontes de informação, diagramação mais arejada (mesmo as de 1970 e 1980), titulação livre do modo informativo, e, geralmente, ocupam uma página inteira de jornal. A amostra é composta por 476 unidades documentais, com a seguinte classificação: 199 reportagens; 237 notícias; 2 notas; 7 entrevistas; 15 textos de opinião/editorial; 3 cadernos especiais; 2 capas; 2 fotos-legenda; 5 publicidades; 3 cartilhas; 1 legislação.

Dos materiais encontrados, eliminaram-se as publicidades, os informes publicitários, a produção jornalística da *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – por serem de outros Estados -, os cadernos especiais, as capas, as cartilhas e a legislação, resultando em uma amostra de 456 unidades documentais selecionadas. Os materiais jornalísticos compõem a maior parte da amostra encontrada, como era esperado.

As pastas mostram a diversidade da imprensa no Estado do Paraná, com 23 títulos de jornais impressos. Ao todo, em Curitiba, em 2018, os veículos impressos não chegavam a 10 títulos. Da lista dos impressos contidos nas pastas da Biblioteca, os seguintes continuam a ser editados: *Correio Agora Paraná*, *Correio Paranaense*, *Folha de Londrina*, *Indústria & Comércio*, e *Revista Ideias*.

Gráfico 1 – Impressos paranaenses encontrados nas sete pastas da Biblioteca Pública do Paraná



Fonte: da autora, 2018.

A diversidade dos títulos encontrados nessas pastas da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná foi um dos elementos motivadores para a pesquisa, por proporcionar uma leitura cultural de bastante complexidade, com mais interrogantes e a possibilidade de tentar descobrir alguns significados através dos tempos.

Nos antetítulos dos textos jornalísticos, há um curioso empate numérico entre a terminologia Menor/Menores e Infância/Infâncias. O uso semântico Menor/Menores atravessa a metade da década de 1980, passa pelos anos 1990, e segue até 2005. A terminologia Infância/Infâncias percorre um caminho desde a metade dos anos 1990 até 2012. A utilização de Criança/Crianças acompanha o final da década de 1990 e segue até 2007. Pode-se inferir uma tentativa de alterar o uso semântico de menor para criança ou infância, acompanhando o movimento social e legislativo, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Já a expressão Menor carente nos antetítulos corresponde a uma série de reportagens publicadas em 1989, um ano antes da aprovação do ECA, mas com todo o movimento social organizado trabalhando muito em torno da temática da criança pobre, sobretudo da criança de rua.

A expressão “adolescente em conflito com a lei”, indicada por especialistas para ser usada no lugar de “menor infrator”, tem um registro nesse conjunto de documentos e é de uma reportagem do ano de 2005, o que pode demonstrar um esforço de compreensão de repórteres e editores em relação a esse grupo social sempre presente nas páginas de jornais em matérias sobre violência e pobreza. No entanto, também há o registro do

uso da terminologia Infrator/infratores em uma reportagem de 1986 e 2005. Coincide, aqui, que as reportagens de 2005 sejam do mesmo veículo de comunicação e assinadas pelo mesmo repórter.

A terminologia predominante nos títulos é Menor/Menores com 143 aparições, abarcando todo o período encontrado nas pastas: de 1972 a 2002, com uma reportagem de 2012 destoando um pouco nessa curva temporal.

Em seguida, com 103 ocorrências está a expressão Criança/Crianças, que segue o arco temporal da década de 1970 a 2015, estendendo-se mais do que a expressão Menor/Menores. Com menos da metade das ocorrências, somando 40, está a expressão Meninos de rua, usada desde a metade da década de 1980 até 2012, e mais 5 entradas com Menino de rua.

O material apresenta ainda mais 8 entradas com a expressão Crianças de rua, 1 entrada com Criança de rua, e 23 entradas com Menor de rua/Menores de rua, que podem ser considerados sinônimos utilizados para substituir a expressão Menino de rua/Meninos de rua.

Nos subtítulos, acontece ao contrário do que aparece nos antetítulos e títulos, em que a entrada da expressão Menor/Menores é menor do que a entrada do termo Criança/Crianças. Outro termo com pouca entrada nos antetítulos e títulos é Adolescente/Adolescentes, que nos subtítulos apresenta uma quantidade de entrada significativa.

Pode-se inferir que os subtítulos precisem encontrar sinônimos para complementar a chamada do material informativo, desse modo como antetítulos e títulos apresentam o maior número de entradas das expressões Menor/Menores, o uso de termo sinônimo explicaria essa mudança.

O maior número de unidades documentais está presente entre os anos de 1991 e 2001. É provável que nesses 11 anos a cobertura tenha sido extensa e intensa, devido à forte atuação de organizações não governamentais, desde instituições de bem-estar social (de acolhimento, abrigos, entre outras) até grupos organizados para atuar em relação à cobertura midiática do tema infância.

Há uma concentração maior de reportagens entre 1993 e 1997, somando 107 reportagens. Nos títulos dessas reportagens estão presentes as seguintes terminologias:

“menor” (39); “criança/crianças” (23); “menino de rua/meninos de rua” (14); “menor de rua/menores de rua” (8).

A terminologia Menor/Menores é a mais utilizada nos antetítulos e títulos dos materiais jornalísticos selecionados da amostra das sete pastas da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná.

3. Apontamentos finais

Esta pesquisa conduziu-me à observação de um conjunto da produção simbólica, representado pelas unidades documentais encontradas na Biblioteca Pública do Paraná, que organiza e apresenta a complexidade social, a partir dos usos semânticos escolhidos (nem sempre de forma consciente), das crianças em situação de rua – sem ater-se apenas a elas, pois, quando se fala dessas crianças, surgem as crianças em situação de vulnerabilidade, as crianças em situação de risco, as crianças carentes, as de rua, os menores. A compreensão que se tem dessas crianças está diretamente relacionada ao modo semântico usado para classificá-las.

Ao compreender que a imprensa representa as relações sociais e as interações sociais, e, nesse sentido, sofre os conflitos na redação, buscar sentidos na produção das reportagens do recorte do clipping feito pelos técnicos e estagiários da Biblioteca Pública do Paraná resultou em dados que apontam para a complexidade dos usos semânticos da criança em situação de rua.

A diversidade de palavras-chave presentes nas fichas do clipping da Biblioteca indica a dificuldade na classificação da “realidade” em categorias estanques. Pode-se apontar para a predominância do uso do termo “menor” porque a separação de materiais começou a ser feita ainda na década de 1960. A “decupagem” das pastas contribuiu para a organização dos dados em uma planilha, o que proporcionou maior confiança sobre os dados retirados do material e possibilitou a formação do conjunto das unidades documentais selecionadas.

A quantidade de títulos de periódicos da imprensa paranaense da amostra contribuiu para a compreensão do funcionamento da imprensa no Estado. A comparação com

os títulos existentes ainda hoje revela a dificuldade da imprensa tradicional de se manter viva no Estado, mesmo quando se trata da capital.

Os dados sobre os usos semânticos nos antetítulos, títulos e subtítulos demonstra o uso do termo “menor” como predominante, mesmo que a maior parte do material corresponda aos anos 1991 a 2001. Assim, o uso semântico “Menor/Menores” vai seguir pelas décadas de 1980, 1990, até 2005, nessa amostra. Há o indício da utilização dos termos “Infância/Infâncias” e “Criança/Crianças” entre 1990 e 2012. Desse modo, pode-se inferir uma tentativa de alterar o uso semântico de “menor” para “criança” ou “infância”, acompanhando o movimento social e legislativo, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, mesmo que de forma bastante tímida.

Foi possível observar, também, que os registros semânticos encontrados em antetítulos, títulos e subtítulos sofrem alterações para não haver repetição de palavras, regra jornalística aprendida no início da profissão. A mudança nos usos semânticos, desse modo, pode justificar-se como um uso de sinônimo, o que não representa transformação no tratamento semântico dado ao grupo.

A semântica do termo “menor/menores” foi construída ao longo de muitas décadas, a partir de um ideário de civilização, com características vindas da medicina e do direito. A dualidade “problema” e “solução” está muito presente nas reportagens, assim como nos artigos de opinião. Além disso, a ideia dicotômica de distinção entre “menor” e “criança” está presente com bastante frequência nas reportagens. Predomina a visão do “menor problema”. Há sempre um adjetivo para complementar o substantivo “menor”, como carente, de rua, abandonado, infrator, delinquente, marginal. Pode-se perceber uma visão fatalista em algumas reportagens, como se as crianças, que enfrentam situações-problema, fossem irrecuperáveis. Para salvar uma criança, ideia vinda do fim do século XIX, é preciso muita dedicação do Estado e da sociedade.

Esta pesquisa traçou um caminho de leitura cultural, debruçando-se sobre o *corpus* de unidades documentais, reunidas por meio de palavras-chave, a mais predominante – “menor”-, enredadas com questões técnicas, éticas e estéticas nem sempre de simples avaliação. Com os dados obtidos nesta pesquisa, demonstrados quantitativa e qualitativamente, foi possível perceber a construção social sobre o “menor” como um desvalido, em formação e potencialmente perigoso, em diversos títulos jornalísticos encon-



trados no *corpus*. Os principais temas que acompanham essa nomeação são recuperação; solução do problema do menor; angariar fundos – falta de recursos econômicos e materiais; projetos e programas; miséria; abandono; descaso; legislação – muitas vezes como problema e não como solução; proteção e prioridade; falta de infraestrutura; desrespeito à lei e à criança; escola/educação como solução; quantificação dos meninos de rua; crimes e infrações; segurança; ofício como aprendizado; problema social; entre outros. Desse modo, percebe-se que os títulos, de modo geral, apresentam um desejo de reforma, de tratamento para as crianças-problema, o que não significa, necessariamente, a inclusão das crianças de rua no cotidiano da sociedade, nem como tema a ser debatido.

A expressão **menor** – e suas derivações, como **menor carente**, **menor de rua** - está diretamente ligada ao contexto semântico da criança pobre, excluída, em recuperação, abandonada, criminosa ou com maior tendência a cometer um crime. Essa construção semântica se deu, no Brasil, desde o Brasil Império, e, conforme o problema social foi-se acentuando, medidas lideradas por médicos e juristas foram sendo pensadas para resolver a questão.

A narrativa jornalística produz sentidos acerca da realidade, o que se dá em uma esfera racional, entre outras aptidões do ser humano. Um fator de desenvolvimento da inteligência está em desenvolver um toque sensível ao mundo, alcançando a não racionalidade. Desse modo, faz-se necessário levar em conta a complexidade da produção de uma reportagem, assim como a complexidade dos temas abordados e da própria natureza humana, que participa produzindo e oferecendo informações, por meio das técnicas de captação e produção previstas no jornalismo.

Para haver compreensão, a comunicação é fundamental. Ao não comunicar o desconhecido, pode-se potencializar essa falta de informação provocada por uma linguagem generalizada de estereótipos, de imagens míticas. A criação de caminhos tradicionais de termos, expressões e imagens pode confluir para a construção de um código, do qual não faria parte apenas a linguagem, que tem no seu interior profundos sentidos, algumas vezes difíceis de modificar. Como Pierre Bourdieu afirma, o direito, ao nomear determinados sujeitos ou situações, pode constituir uma espécie de paralelo “automático” entre noções, que disfarçam sua arbitrariedade, por meio de uma aceitação social sem discussão. Dessa determinação conceitual, surge um consenso sobre os termos uti-

lizados, construído em outro tempo, difícil de se identificar. A transformação do conhecimento, das crenças e das atitudes é muito mais complexa e requer uma leitura cognitiva muito mais intrincada do que é tradicionalmente sugerido pela investigação dos efeitos dos sentidos.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **Sobre a televisão. Seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Atualizado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- BRAVO, Blanca Rodríguez. **El documento: entre la tradición y la renovación**. Espanha: TREA, 2002.
- CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. 6.ed. ampl. e atual. São Paulo: Summus, 1986.
- FARAH, Angela Maria. **A imagem da criança na imprensa: um estudo dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo***. União da Vitória/PR: Uniuv, 2012.
- LEANDRO, Paulo Roberto; MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: Média, 1973.
- LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7.ed. rev. Campinas/SP: Unicamp, 2013.
- _____. **A história nova**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. **História**. In **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.
- MEDINA, Cremilda. **Atravessagem: reflexos e reflexões na memória de repórter**. São Paulo: Summus, 2014b.
- _____. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.
- _____. **Entrevista: o diálogo possível**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2001.
- _____. **Símbolos & narrativas: rodízio 97 na cobertura jornalística**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.
- _____. **Povo e personagem**. Canoas: Ed. ULBRA, 1996.
- _____. **Jornalismo e a epistemologia da complexidade**. In: MEDINA, Cremilda (org.). **Novo Pacto da Ciência – A crise dos paradigmas: 1º Seminário Transdisciplinar**. São Paulo: ECA/USP, 1990. p.193-205.
- _____. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MORAGAS, Miquel de. Cultural identity, communication spaces and democratic participation, in **Communication and cultural identity, Actes del XVI Congreso de la AIERI-IAMCR**, Barcelona: UAB / AIERI-IAMCR, 1988.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.